



LEI MUNICIPAL Nº 1.988 – DE 26 DE JANEIRO DE 2017.

“Dispõe sobre CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL e dá outras providências”.

MAERCIO DIAS DE MENEZES, Prefeito Municipal de Aparecida d'Oeste, Comarca de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte lei:

Art. 1º - O Executivo Municipal fica autorizado a conceder subvenção social, durante o exercício de 2017 à entidade IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE APARECIDA D'OESTE, inscrita no CNPJ nº 15.129.202/0001-76, estabelecida na Rua São Paulo, nº 1.235, nesta cidade, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 528/85, que presta serviços na área de saúde.

§ 1º - A subvenção constituir-se-á da seguinte forma:

I – Parte fixa, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para despesas de custeio, a ser repassados até o dia 30 de janeiro de 2017, com recursos de restituição do orçamento de 2016 da Câmara Municipal.

II – Parte variável, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ao mês, calculada com base nas atividades postas à disposição da coletividade, de forma gratuita, consubstanciada na prestação de serviços de PRONTO-SOCORRO, com ATENDIMENTO AMBULATORIAL, realizando CONSULTAS MÉDICAS, SERVIÇOS DE ENFERMAGEM, CURATIVOS, SUTURAS, ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO LOCAL, com atendimento de 24 horas por dia, ininterruptamente

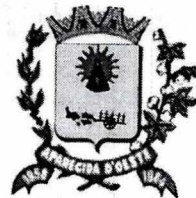
§ 2º - A subvenção social de que trata o inciso II do parágrafo 1º da presente Lei será repassada à entidade beneficente, retro mencionada, até o dia 10 de cada mês, com vigência durante o presente exercício financeiro de 2017.

Art. 2º - A Entidade beneficiada firmará **TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL**, perante a Municipalidade, conforme minuta constante do Anexo I, que é parte integrante da presente Lei.

Parágrafo Único – A subvenção está condicionada à obrigação de prestar contas na forma estabelecida no termo referido no *caput* desse artigo.

Art. 3º - As despesas com a execução da presente Lei serão custeadas com dotação orçamentária, prevista no orçamento vigente e suplementadas se necessário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE/SP




Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagido seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste/SP, 26 de janeiro de 2017.


MAERCIO DIAS DE MENESES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Divisão de Administração e publicada na imprensa oficial do Município e será remetida cópia ao Cartório de Registro Civil e Anexo e à Câmara Municipal, para os devidos fins, tudo como faculta a Lei Orgânica do Município.


PAULO JOSÉ SANCHES
Chefe da Divisão de Administração



ANEXO I

TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

Concedente: Município de Aparecida d'Oeste/SP

Beneficiado: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Aparecida d'Oeste

Origem: Lei Municipal nº 1.988 – de 26 de janeiro de 2017

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete (2017), de um lado o Município de Aparecida d'Oeste/SP, CNPJ nº 46.605.051/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARCIO DIAS DE MENEZES, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do RG nº 17.872.526-2, inscrito no CPF nº 043.116.228-05, residente e domiciliado na Rua Adelaide Tinarelli, nº 655 – Centro - Aparecida d'Oeste/SP, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.988/2017, doravante denominado simplesmente "MUNICÍPIO", e de outro lado, a entidade Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Aparecida d'Oeste, devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº 45.129.202/0001-76, estabelecida à Rua São Paulo, nº 1.235, na cidade de Aparecida d'Oeste/SP, neste ato representada pelo seu Provedor o Sr. ADILSON DE SOUZA FREIRE, portador do RG nº 14.404.659-3 e do CPF nº 049.827.428-47, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado à Rua José Thomás, nº 564, doravante denominada simplesmente "ENTIDADE", é firmado o presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL a ser regido pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Objetivo

O presente Termo de Concessão de Subvenção Social tem por objetivo auxiliar na manutenção das atividades desenvolvidas pela "ENTIDADE", através do estabelecimento da Cooperação Técnica e Financeira, com o que serão promovidos:

1 – O planejamento de critérios e metodologia de ação para o entendimento de usuário da entidade, conforme orientação básica do Setor de Assistência Social deste Município e/ou de órgãos de assistência social do Governo Estadual e Federal.

Cláusula Segunda – Obrigações do Município

1 – Compete ao "MUNICÍPIO" através do Setor de Assistência Social e das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social:

a) Assessorar tecnicamente, supervisionar e adequar critérios de orientação básica, de acordo com as peculiaridades da entidade dentro do contexto do Município;

b) Colaborar com a entidade para, juntamente com outros organismos ou instituições, articular a implantação de medidas indicadas pela orientação básica.

2 – Compete ao "MUNICÍPIO" através das Secretarias de Administração e Finanças:

a) Promover a liberação dos recursos orçamentários consignados no orçamento vigente e a devida liberação financeira para fazer à despesa decorrente deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL.



Cláusula Terceira – Obrigações da Entidade

1 – Compete à "ENTIDADE":

a) aplicar no âmbito de suas atribuições aqui ajustadas, os recursos municipais alocados à disposição deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, de forma a atender as suas peculiaridades;

b) aplicar os recursos municipais, dentro dos seguintes elementos: medicamentos e materiais para enfermagem, pessoal, higiene, material pedagógico ou matéria prima para cursos, educação, água, luz, gás, cópias de documentos, telefone, pequenos consertos visando à conservação das instalações físicas e dos equipamentos da entidade ou outras despesas diferentes à manutenção da clientela atendida;

c) criar condições técnicas adequadas de trabalho, visando o bom padrão de atendimento ao seu usuário;

d) promover a dotação, em seu orçamento, dos recursos necessários à complementação e manutenção dos seus trabalhos junto aos usuários;

e) providenciar em tempo hábil, os documentos necessários à manutenção do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, de acordo com o prazo estabelecido pelas Secretarias de Administração e Finanças.

Parágrafo Único – considerar-se-ão os seguintes documentos como imprescindíveis à manutenção do presente TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL:

- Programação das atividades a serem desenvolvidas no ano em curso;
- Relatório das atividades desenvolvidas no ano anterior;
- Prestação de contas dos recursos recebidos no exercício anterior;
- Balanços Financeiros e Patrimoniais encerrado em 31 de dezembro do exercício anterior;
- Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria.

Cláusula Quarta – Do repasse

A Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste/SP, através da Secretaria de Finanças, procederá ao repasse dos recursos financeiros, mensalmente, relativo à parte fixa, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), através de prévio empenho e pago até o dia 10 (dez) de cada mês seguinte ou mês específico.

Cláusula Quinta – Da prestação de contas

A "ENTIDADE" obrigará-se-á a prestar contas da aplicação das subvenções recebidas, impreterivelmente até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, devendo oferecer formas estabelecidas nas instruções pertinentes do tribunal de Contas do Estado de São Paulo, todavia deverá apresentar balancete mensal, enviando cópias à Prefeitura Municipal de Aparecida d'Oeste e Câmara Municipal 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente.

Cláusula Sexta – Do inadimplemento

Fica expressamente proibida a:

- redistribuição de recursos;



- assim como prorrogação de prazo de aplicação ficando suspensas novas concessões se inadimplente.

O inadimplemento das obrigações constantes deste Termo de Concessão de Subvenção Social autorizará a sua denúncia por quaisquer das partes. O inadimplemento, por parte da "ENTIDADE", a obrigará a devolver à Fazenda Municipal, a totalidade da subvenção recebida, corrigida pelo IPCA/IBGE.

Cláusula Sétima – Das disposições gerais

O presente Termo de Concessão de Subvenção Social vigorará durante o presente exercício, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo dos participantes ou por denúncias de qualquer deles, independentemente de indenização.

Cláusula Oitava – Do Fórum

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmeira d'Oeste/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas deste TERMO DE CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL.

Pelo "MUNICÍPIO"

MAÉRCIO DIAS DE MENEZES
Prefeito Municipal

Pela "ENTIDADE"

ADILSON DE SOUZA FREIRE
Representante Legal

Testemunhas:

01. Neusa Aves de Azevedo
RG nº 21.860.185-2

02. Paulo José Sanches
RG nº 19.239.781